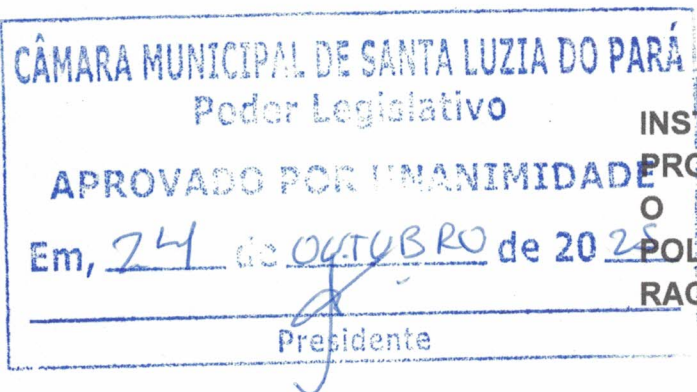


PROJETO DE LEI Nº 363/2025.



INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL, CRIA O DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LUZIA DO PARÁ, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber a Câmara Municipal de Santa Luzia aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado o Departamento de Políticas de Promoção da Igualdade Racial integrado a Secretaria Municipal de Assistência Social, responsável pela articulação da execução das ações, metas e prioridades do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial do município de Santa Luzia do Pará- PA.

Art. 2º. passará a vigorar o parágrafo único do artigo .184 da Lei Municipal n. 0011993/1994, com os seguintes termos acrescidos dos seguintes incisos:

"Art. 184- (...)

Parágrafo Único: fica criado o Departamento de Políticas de Promoção da igualdade Racial, com a seguinte estrutura administrativa:

- I – Coordenadoria Especial de Promoção da Igualdade Racial;
- II – Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial

CAPÍTULO II

DA COORDENADORIA ESPECIAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

GABINETE DO PREFEITO

Art. 3º. Fica criada a Coordenadoria Especial de Promoção da Igualdade Racial de Santa Luzia do Pará, vinculada hierarquicamente ao Gabinete do Prefeito e estrutural e administrativamente à Secretaria Municipal de Assistência Social.

§ 1º. Compete à Coordenadoria Especial de Promoção da Igualdade Racial de Santa Luzia do Pará planejar, coordenar, supervisionar, orientar, articular e avaliar ações de promoção da Igualdade Racial.

§ 2º. São atribuições da Coordenadoria Especial de Promoção da Igualdade Racial de Santa Luzia do Pará:

- a) Assessoramentos relativos à Promoção da Igualdade Racial e ao combate aos mecanismos de exclusão, com absoluta prioridade, à garantia do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;
- b) Assessorar e assegurar o apoio logístico às ações implementadas pelo Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial;
- c) Articular e implementar o Sistema Municipal de Promoção da Igualdade Racial: Conselho e Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial;
- d) Articular e estabelecer, parcerias com os órgãos do governo e com a sociedade civil, através de ações integradas e intersetoriais;
- e) Coordenar a construção do Diagnóstico e do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial;
- f) Desenvolver políticas públicas de promoção da Igualdade Racial, em especial nas áreas de saúde, educação, habitação, geração de trabalho e renda, cultura, segurança e planejamento, promovendo a igualdade e a proteção dos Direitos Humanos dos grupos étnicos raciais afetados pela discriminação, preconceito, intolerância religiosa, com ênfase na população negra, indígena e nas minorias étnicas.
- g) Efetuar intercâmbio com instituições públicas, privadas, nacionais e estrangeiras que desenvolvam programas e projetos direcionados à Promoção da Igualdade Racial, visando a busca de informações e parcerias para qualificar as políticas públicas a serem implantadas.

GABINETE DO PREFEITO

- h) Interagir com as Secretarias Municipais e Conselhos Municipais para que o Município execute ações de enfrentamento ao racismo.
- i) Prestar assessoramento à Prefeitura Municipal e demais órgãos municipais em questões que digam respeito à promoção da igualdade racial;
- j) Promover princípios e diretrizes municipais instituídas pela Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial em defesa dos que sofrem preconceito ou discriminação em função da etnia, raça, religião e/ou cor, e instituir as orientações legais no campo das relações étnico-raciais nas políticas públicas.

CAPITULO III

DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

Art. 4º. Fica Criado o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Santa Luzia do Pará, órgão propositivo, consultivo, deliberativo, normativo, monitorador, fiscalizador e avaliador das políticas que visem a Promoção da Igualdade Racial.

Parágrafo Único. O Conselho de Promoção da Igualdade Racial será vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social de Santa Luzia do Pará.

Art. 5º. O Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial será composto paritariamente por representantes da sociedade civil e pelo poder público, constituído por:

I – 04 (quatro) representantes titulares e 04 (quatro) representantes suplentes da Administração Pública no município, sendo:

- a) 01 (um/uma) representante titular e 01(um/uma) representante suplente da Coordenadoria Especial de Promoção da Igualdade Racial;
- b) 01 (um/uma) representante titular e 01 (um/uma) representante suplente da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- c) 01 (um/uma) representante titular e 01 (um/uma) representante suplente da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Juventude;
- d) 01 (um/uma) representante titular e 01 (um/uma) representante suplente da Secretaria Municipal de Educação;

GABINETE DO PREFEITO

II – 04 (quatro) representantes titulares e 04 (quatro) representantes suplentes da Sociedade Civil Organizada, sendo:

- a) 02 (Dois) representantes titulares e 02 (dois) representantes suplentes de Entidades Sociais de Comunidades Quilombolas;
- b) 01 (um/uma) representante titular e 01 (um/uma) representante suplente de Entidades Sociais de Comunidades Indígenas;
- c) 01 (um/uma) representante titular e 01 (um/uma) representante suplente de Entidades Sociais de Comunidades Ribeirinhas;

§ 1º. Os representantes da Administração Pública serão indicados pelo(a) Prefeito(a), entre os servidores com poder de decisão no âmbito de cada órgão público representativo no conselho.

§ 2º. As entidades não governamentais e os coletivos, em funcionamento há, pelo menos dois anos, reunir-se-ão em Assembleias para indicação de seus representantes.

§ 3º. Os conselheiros serão indicados para mandato de dois anos, readmitindo-se uma única recondução.

§ 4º. Para cada conselheiro (a) titular será escolhido simultaneamente, um suplente, observados o mesmo procedimento e exigências.

§ 5º. O exercício da função de conselheiro (a), suplente ou titular, é considerado de interesse público relevante e não será remunerado.

Art. 6º. O Presidente, o vice-presidente, o primeiro e segundo secretário, serão eleitos por seus pares, nos termos do Regimento Interno do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial.

Parágrafo Único. O Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial será assistido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, destinada ao suporte administrativo-financeiro e à assessoria técnica necessária ao seu funcionamento, utilizando-se de instalações e servidores cedidos pelos órgãos da administração direta e indireta do município.

Art. 7º. Compete ao Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Santa Luzia do Pará:

GABINETE DO PREFEITO

I - Analisar e deliberar sobre a política municipal de Promoção da Igualdade Racial;

II – deliberar sobre conveniência e oportunidade de implantação de programas ações afirmativas e serviços a que se referem às políticas sociais básicas de educação, saúde, recreação, esporte, lazer, profissionalização, e assistência social, em caráter supletivo, para aqueles de dela necessitam, para que possa assegurar a plena inserção dos grupos étnicos raciais na vida sócio econômica;

III - fiscalizar, monitorar e avaliar as Políticas de Promoção da Igualdade Racial;

IV - fiscalizar e adotar as providências necessárias à apuração dos fatos e aplicação das sanções cabíveis pelos órgãos competentes

VII - deliberar sobre a aplicação do Fundo Municipal de Promoção da Igualdade Racial;

VIII – elaborar seu regimento interno;

IX– realizar a cada 2 (dois) anos a Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial.

CAPITULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 8º. O Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, no prazo de 30 (trinta) dias da nomeação de seus membros elaborará seu Regimento Interno.

Parágrafo Único. A nomeação e posse do primeiro Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial serão feitas pelo Executivo Municipal, obedecida à origem das indicações.

Art. 9º. Fica o Executivo autorizado a abrir crédito suplementar para as despesas iniciais, decorrentes do cumprimento desta Lei.

Art. 10º. O Executivo regulamentará esta Lei nos 90 (noventa) dias seguintes à sua publicação.

Art. 11º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Santa Luzia do Pará, 21 de outubro de 2025

ADAMOR AIRES

DE

OLIVEIRA:293940

15272

Assinado de forma digital

por ADAMOR AIRES DE

OLIVEIRA:29394015272

Dados: 2025.10.21

11:11:36 -03'00'

ADAMOR AIRES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA

A criação de uma política municipal específica para a promoção da igualdade racial representa um importante avanço no fortalecimento das ações afirmativas e na valorização da diversidade étnico-cultural de nosso povo. Trata-se de reconhecer a contribuição histórica, social, econômica e cultural da população negra, indígena e de outros grupos étnicos na formação da identidade local e nacional.

A desigualdade racial ainda se manifesta em diversas dimensões da vida social — no acesso à educação, à saúde, ao mercado de trabalho, à moradia e à representação política. Por isso, é papel do Poder Público Municipal desenvolver estratégias permanentes de promoção da equidade, respeito à diversidade e enfrentamento de práticas discriminatórias.

O Projeto proposto visa estabelecer diretrizes e instrumentos que possibilitem a implementação, dentre outras coisas, do Departamento Municipal de políticas de promoção da igualdade racial, bem como projetos e ações articuladas entre as secretarias municipais, a sociedade civil e os conselhos de direitos, com foco na educação antirracista, no fortalecimento da cultura afro-brasileira e indígena, e na ampliação das oportunidades sociais e econômicas para todos os cidadãos, independentemente de cor, origem ou etnia.

GABINETE DO PREFEITO

A adoção dessa política também alinha o Município às normas nacionais, como a **Lei Federal nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial)** e demais instrumentos legais de promoção de direitos humanos, reforçando o compromisso de Santa Luzia do Pará com os princípios de justiça social, dignidade da pessoa humana e igualdade de oportunidades.

Diante do exposto, e considerando a relevância social da matéria, submeto o presente Projeto de Lei à apreciação dos nobres pares, certo de que sua aprovação significará um passo importante na construção de uma sociedade mais justa, plural e igualitária.



Câmara Municipal de Santa Luzia do Pará
CNPJ nº 07.396.020/0001-72

PROTOCOLO DE ENTREGA

PROJETO DE LEI Nº 363/2025

AHRNON OLIVEIRA SILVA Johnon Oliveira Silva, 23/10/25
EDSON FERNANDO DA CUNHA Edson Fernando da Cunha, 23/10/25
IVALMIR RODRIGUES DA SILVA Ivalmir Rodrigues da Silva, 23/10/2025
JOSÉ EDSON OLIVEIRA DE MELO _____, 1/1/
JOSÉ MARIA DA COSTA SILVA João Maria da Costa Silva, 23/10/25
MARIA ANTONIA NASCIMENTO DE SOUSA Maria, 23/10/25
MÁRIO SÉRGIO BESERRA BESSA Justificou, 1/1/
OZIREZ DE LIMA ALVES Ozires de Lima Alves, 1/1/
SAMUELSON FIGUEIREDO DE SOUSA _____, 1/1/
SEBASTIÃO BARBOSA BRITO Sebastião B. Brito, 1/1/
SÁVIO DO SOCORRO SILVA OLIVEIRA Sávio do Socorro Silva Oliveira, 1/1/